

## SUMÁRIO

Prefácio à primeira edição .....	5
Apresentação à segunda edição .....	25
Artigo 1º – <b>Ives Gandra da Silva Martins</b> .....	27
Artigo 1º .....	29
Artigos 2º a 5º – <b>Fabiana Del Padre Tomé</b> .....	35
Artigo 2º .....	37
Artigo 3º .....	40
Artigo 4º .....	44
Artigo 5º .....	45
1. O Ato de classificar .....	46
2. As classificações jurídicas .....	47
3. Classificação das espécies tributárias .....	48
4. A destinação do produto arrecadado .....	50
5. A restituibilidade do produto da arrecadação .....	51
6. Espécies tributárias .....	52
Artigos 6º a 15 – <b>Américo Lourenço Masset Lacombe</b> .....	57
Artigo 6º .....	59
Artigo 7º .....	63
Artigo 8º .....	65
Artigo 9º .....	66
Origem histórica do princípio da legalidade .....	67
Reconhecimento constitucional .....	68
O significado atual do princípio da legalidade .....	74
A norma jurídica tributária .....	75
Legalidade e isenção tributária .....	77
Princípio da anterioridade e as limitações ao tráfego .....	82
A Imunidade tributária recíproca .....	89
Templos, partidos políticos, instituições educacionais .....	105
O papel destinado à impressão de jornais, periódicos e livros .....	109
A responsabilidade pela retenção na fonte e os serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público .....	113
Artigo 10. ....	114
Artigo 11. ....	116
Artigo 12. ....	118
Artigo 13. ....	120
Artigo 14. ....	123
Artigo 15. ....	126
Artigos 16 a 18 – <b>Ângela Maria da Motta Pacheco</b> .....	149
Artigo 16. ....	151
1. O Imposto e as outras espécies tributárias: taxas, contribuições, contribuição de melhoria e empréstimo compulsório .....	151
1.1. Critério jurídico de classificação .....	151
1.1.1. Tributos vinculados e não vinculados a uma atuação estatal .....	152

1.1.2. Outros critérios de classificação . . . . .	154
1.2. O que distingue o imposto das outras espécies tributárias: taxa, contribuição, contribuição de melhoria e empréstimo compulsório. . . . .	156
2. Competência legislativa tributária para criação de impostos . . . . .	166
3. Impostos e sua regra-matriz de incidência tributária . . . . .	168
3.1. Regra-matriz de incidência tributária: sua utilidade . . . . .	168
3.2. A regra-matriz de incidência tributária dos impostos: a Constituição, a lei complementar e a lei ordinária . . . . .	170
Artigo 17. . . . .	176
Artigo 18. . . . .	178
Artigos 19 a 28 – Miguel Hilú Neto. . . . .	181
Artigo 19. . . . .	183
1. Considerações introdutórias . . . . .	183
2 A definição do todo pela parte . . . . .	183
3. O aspecto material . . . . .	184
3.1. Os produtos . . . . .	184
3.1.1. O conteúdo semântico do vocábulo “produtos” . . . . .	184
3.1.2. Importação de “bens virtuais” . . . . .	187
3.1.3. Produto e mercadoria . . . . .	189
3.1.4. Produtos estrangeiros ou desnacionalizados . . . . .	191
3.2. Uso ou consumo . . . . .	194
4. O aspecto pessoal . . . . .	199
5. O aspecto temporal. . . . .	200
6. O aspecto espacial. . . . .	206
7. O sujeito ativo . . . . .	208
Artigo 20. . . . .	208
1. Quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária (inc. I) . . . . .	209
2. Quando a alíquota seja <i>ad valorem</i> , o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País (inc. II) . . . . .	210
2.1. Considerações gerais. . . . .	210
2.2. O preço normal dos produtos importados ou exportados . . . . .	212
2.3. O princípio do valor aduaneiro . . . . .	213
2.3.1. Critérios gerais . . . . .	214
a) O critério da realidade do preço. . . . .	214
b) O critério da aplicação das práticas normais no mercado internacional . . . . .	214
c) O critério da consideração seletiva das despesas relativas à operação . . . . .	215
d) O critério da ampla publicidade . . . . .	217
e) O critério da consideração da condição pessoal das partes . . . . .	217
f) O critério da preferência pelo valor declarado. . . . .	219
2.3.2. Critérios de comparabilidade . . . . .	220
a) O critério do menor valor . . . . .	220



b) O critério da normalidade comercial .....	220
c) O critério de equivalência de tempo e de espaço .....	221
d) O critério da consideração das quantidades .....	221
e) O critério da comparabilidade entre produtos idênticos ou semelhantes .....	222
f) O critério da comparabilidade monetária .....	224
3. Quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da arrematação .....	226
Artigo 21 .....	226
1. A Constituição Federal de 1988 .....	227
2. As alíquotas do imposto sobre importações – TEC .....	227
3. A função extrafiscal dos impostos aduaneiros .....	228
3.1. Extrafiscalidade e princípios constitucionais .....	229
3.2. Limites à alteração das alíquotas do imposto sobre importações estabelecidos por acordos internacionais .....	232
Artigo 22 .....	233
1. O importador .....	234
2. A equiparação .....	235
3. O arrematante .....	237
Artigo 23 .....	238
Artigo 24 .....	241
Artigo 25 .....	242
Artigo 26 .....	245
Artigo 27 .....	246
Artigo 28 .....	247
Artigos 29 a 31 – <b>Guilherme von Müller Lessa Vergueiro</b> .....	249
Artigo 29 .....	251
1. A materialidade do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural .....	251
2. A distinção entre imóveis urbanos e rurais .....	256
Artigo 30 .....	261
1. O critério quantitativo do imposto sobre a propriedade territorial rural .....	261
1.1. A base de cálculo .....	261
1.2. As alíquotas .....	263
2. A imunidade .....	267
3. A função social da propriedade rural e suas conseqüências .....	270
Artigo 31 .....	271
1. O Critério pessoal do imposto sobre a propriedade territorial rural .....	271
Artigos 32 a 34 – <b>Anna Emilia Cordelli Alves</b> .....	273
1. Disciplina constitucional .....	275
1.1. Da competência do município .....	275
1.2. Da hipótese de incidência constitucional .....	275
1.3. Imunidades e IPTU .....	276
1.4. Da progressividade do IPTU .....	279
2. Da disciplina legal do IPTU .....	285
Artigo 32 .....	285

2.1. Aspecto material .....	286
2.2. Do aspecto espacial .....	288
2.3. Do aspecto temporal .....	291
Artigo 33. ....	292
2.4. Base de cálculo .....	292
2.5. Alíquota .....	295
Artigo 34. ....	298
2.6. Do aspecto pessoal .....	298
Artigos 35 a 42 – <b>Cristiane Aparecida Moreira Krukoski e Sandra Cristina Denardi</b> .....	301
Artigo 35. ....	303
Artigo 36. ....	303
Artigo 37. ....	303
Artigo 38. ....	304
Artigo 39. ....	304
Artigo 40. ....	304
Artigo 41. ....	304
Artigo 42. ....	304
Considerações iniciais .....	305
ITCMD – Imposto Sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos .....	306
1. Da competência tributária prevista no art. 155, I da CF .....	306
2. Do art. 35 do CTN – Materialidade .....	307
3. Do parágrafo único do art. 35 do CTN .....	310
4. Do art. 38 do CTN – Base de cálculo .....	311
5. Do art. 39 do CTN – Alíquota .....	313
6. Do art. 40 do CTN – Dedução do imposto sobre transmissão do Imposto de Renda .....	314
7. Do art. 41 do CTN – Sujeição ativa .....	316
8. Do art. 42 do CTN – Sujeição passiva .....	317
9. Da regra-matriz de incidência do Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> de Quaisquer Bens ou Direitos .....	318
10. Da regra-matriz de incidência do Imposto sobre Transmissão Gratuita (doações) <i>inter vivos</i> de Bens e Direitos .....	321
11. Da interseção entre a teoria e a prática .....	323
ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – <i>inter vivos</i> .....	326
1. Do art. 35 do CTN .....	326
Âmbito semântico dos termos utilizados pela Constituição Federal .....	327
“Transmissão” .....	327
<i>Inter vivos</i> .....	330
A qualquer título .....	330
Por ato oneroso .....	330
Bens imóveis por natureza ou acessão física .....	331
Direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia .....	331
Cessão de direitos à sua aquisição .....	333



2. Do art. 36 do CTN .....	333
3. Do art. 37 do CTN .....	335
4. Do art. 38 do CTN .....	336
5. Do art. 39 do CTN .....	337
6. Do art. 40 do CTN .....	339
7. Do art. 41 do CTN .....	340
Artigos 43 e 44 – <b>Marcelo Magalhães Peixoto</b> .....	343
Breve histórico do Imposto de Renda nas Constituições Brasileiras (de 1934 até 1988) .....	345
Artigo 43. ....	349
O conceito de renda .....	349
Artigo 44. ....	357
Síntese conclusiva .....	361
Artigo 45 – <b>Edmar Oliveira Andrade Filho</b> .....	365
Artigo 45. ....	367
Artigos 46 a 51 – <b>André Elali, Paulo Rosenblatt e Walter Manzi</b> .....	373
1. Os dispositivos postos à análise .....	375
2. A metodologia da análise dos dispositivos, <i>in casu</i> .....	376
3. Aspectos nucleares do IPI .....	378
3.1. Breve histórico .....	378
3.2. O teor dos dispositivos constitucionais a respeito do IPI .....	379
3.3. Principais elementos do IPI a partir da Carta Política .....	383
4. Os critérios (ou aspectos) da regra-matriz de incidência do IPI e o teor dos dispositivos do Código Tributário Nacional .....	384
4.1. Hipóteses de incidência .....	384
4.2. Base de cálculo .....	398
4.3. Contribuintes .....	400
5. Conclusões .....	402
Artigos 52 a 62 – <b>Clélio Chiesa</b> .....	405
1. Preceptivos revogados e a nova regulamentação .....	413
2. Situações tributadas sob a sigla “ICMS” .....	414
3. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias .....	415
3.1. O vocábulo “operações” .....	415
3.2. O termo “circulação” .....	419
3.3. A palavra “mercadoria” .....	422
3.4. Elementos necessários para a completude da hipótese de incidência do imposto sobre operações mercantis .....	425
3.5. As condicionantes de espaço e de tempo na concretude da hipótese de incidência do imposto sobre operações mercantis .....	426
4. Imposto incidente sobre operações relativas à prestação de serviços de transporte transmunicipal e comunicação .....	428
4.1. Considerações gerais .....	428
4.2. O ICMS na prestação de serviços de transporte transmunicipal .....	429
4.3. O ICMS na prestação de serviços de comunicação .....	431
4.4. A intributabilidade das ligações telefônicas internacionais .....	436

4.5. A tributação de negócios em que mercadorias são fornecidas com serviços.....	442
5. Critério pessoal da norma jurídica tributária do ICMS: sujeito ativo e sujeito passivo .....	446
5.1. O sujeito ativo .....	446
5.2. O sujeito passivo .....	447
6. Diretrizes constitucionais da base de cálculo do ICMS.....	448
6.1. A composição da base de cálculo nas hipóteses em que há a incidência do IPI .....	452
6.2. A base de cálculo nas vendas financiadas de mercadorias.....	453
7. O regime jurídico-constitucional das alíquotas do ICMS.....	455
7.1. Considerações iniciais.....	455
7.2. Alíquotas internas do ICMS.....	455
7.3. Alíquotas interestaduais e de exportação.....	457
8. A tributação por meio do ICMS da importação de bens ou mercadorias por pessoas físicas ou jurídicas que não praticam atos de comércio com habitualidade .....	458
8.1. A nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 33/2001 ao art. 155, § 2º, IX, da Constituição Federal .....	458
8.2. A tributação da importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço por comerciante .....	461
8.3. A tributação da aquisição de bem ou mercadoria e a contratação de serviços do exterior por pessoa física ou jurídica que não é contribuinte do ICMS.....	462
8.4. A função da lei complementar em matéria tributária e a faculdade outorgada na alínea <i>i</i> , do inc. XII, § 2º, do art. 155 da Constituição Federal para fixar a base de cálculo .....	470
8.5. A determinação de que o ICMS integre a sua própria base de cálculo .....	479
8.6. O ingresso de bem ou mercadoria no território nacional decorrente da celebração de contrato de arrendamento mercantil .....	482
9. Imposto sobre operações relativas à energia elétrica, ao petróleo, inclusive aos lubrificantes, e aos combustíveis líquidos e gasosos dele derivados. .	484
10. Imposto monofásico sobre operações com combustíveis e lubrificantes .....	485
10.1. A função dos convênios na normatização do ICMS monofásico . . .	485
10.2. Intelecções possíveis dos §§ 4º e 5º do art. 155, da Constituição Federal .....	486
10.3. A possibilidade de regulamentação provisória do ICMS monofásico prevista no art. 4º, da Emenda Constitucional n. 33/2001.....	490
10.4. Novo regime de alíquotas para o ICMS monofásico .....	491
10.4.1. Fixação das alíquotas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal como instrumento intermediário de normatização .....	491
10.4.2. Regras mínimas a serem observadas nas deliberações dos Estados e Distrito Federal .....	492
10.4.3. O afastamento do princípio da anterioridade na redução e restabelecimento de alíquotas .....	493



10.5. A apuração e destinação do ICMS monofásico.....	494
10.6. Base de cálculo do ICMS monofásico.....	495
11. A fenomenologia da não-cumulatividade na Constituição e na Lei Complementar n. 87/96 com suas alterações.....	497
11.1. Considerações gerais.....	497
11.2. A exceção contida no art. 155, § 2º, II, da Constituição Federal...	503
11.3. A função da Lei Complementar na regulamentação do regime de compensação do ICMS.....	508
11.4. A regra contida no art. 155, § 2º, f, da Constituição Federal.....	509
12. A fenomenologia da seletividade em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.....	511
13. Substituição tributária.....	513
13.1. Considerações iniciais.....	513
13.2. A denominada substituição “para frente”.....	517
13.3. A diversidade de regime jurídico entre a substituição tributária e a tributação de “fatos geradores presumidos”.....	523
13.4. A tributação de fato jurídico tributário futuro antes da inserção do § 7º do art. 150 na Constituição Federal pela emenda n. 3/93 – inaplicabilidade do Convênio n. 66/88.....	524
13.5. A denominada substituição “para frente” entre a entrada em vigor do § 7º da Constituição Federal e a edição da Lei Complementar n. 87/96.....	526
13.6. A natureza do instrumento normativo exigido pelo § 7º do art. 150 da Constituição Federal para a instituição da tributação antecipada....	528
13.7. As prescrições do Convênio n. 66/88 em face da inserção do § 7º do art. 150 da Constituição Federal.....	530
13.8. A possibilidade ou não de confronto entre a base presumida e a base real para efeito de ajuste do valor pago.....	531
13.9. Legitimidade para questionar a base de cálculo presumida.....	536
14. As operações com produtos e serviços destinados ao exterior.....	542
Artigos 63 a 67 – <b>Roberto França de Vasconcellos</b> .....	547
Artigo 63.....	549
Origens históricas do Imposto sobre Operações de Crédito, Seguro, Câmbio, Títulos ou Valores Mobiliários.....	549
Contornos do IOF na Constituição Federal de 1988 – Dispositivos específicos.....	554
Os contornos do IOF no art. 63 do CTN.....	557
1. Operações de crédito.....	560
2. Operações de câmbio.....	561
3. Operações de seguro.....	562
4. Operações com títulos e valores mobiliários.....	563
Artigo 64.....	565
Artigo 65.....	565
Artigo 66.....	569
Artigo 67.....	570

Artigos 68 a 70 – <b>Guilherme Cezaroti</b> .....	571
1. Incidência do ICMS sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal .....	574
1.1. Aspecto temporal, aspecto espacial e base de cálculo do ICMS sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal. . . . .	576
1.2. A prestação de serviço de transporte aéreo .....	580
1.3. A prestação de serviço de transporte aquaviário .....	584
1.4. A prestação de serviços de transporte de mercadorias destinadas ao exterior .....	585
1.5. A prestação de serviços de transporte internacional .....	588
1.6. A venda de mercadorias com a cláusula FOB .....	589
2. O âmbito constitucional de incidência do ICMS – Incidência sobre prestação de serviços de comunicação .....	591
2.1. O processo comunicacional .....	592
2.2. “Comunicação” e “prestação de serviço de comunicação”: distinção .....	593
2.3. O campo de incidência do ICMS sobre prestação de serviço de comunicação .....	596
2.4. Aspecto temporal, aspecto espacial e base de cálculo do ICMS sobre prestação de serviços de comunicação .....	598
2.5. O art. 60 da Lei n. 9.472/97 e o art. 110 do Código Tributário Nacional .....	599
2.6. A taxa de adesão ou de habilitação .....	600
2.7. Provedor de acesso à internet .....	605
2.8. Serviço de TV a cabo .....	613
2.8.1. A inaplicabilidade dos julgamentos proferidos pelo STF na ADIn n. 1.467-6/DF e ADInMC n. 773-4/DF .....	616
2.9. Provedor de informações na internet .....	618
2.10. Serviço de propaganda e publicidade visual .....	623
2.11. Cessão de uso de redes .....	627
2.12. Telefonia fixa e móvel .....	630
2.12.1. O <i>roaming</i> .....	631
2.12.2. A cobrança de ICMS sobre o adicional de chamada nos serviços de telefonia móvel .....	631
Artigos 71 a 73 – <b>Cristiano Carvalho</b> .....	633
Introdução .....	637
1. A competência legislativa para instituição do ISS .....	638
2. O direito privado como suporte do ISS .....	638
2.1. A obrigação de dar e a obrigação de fazer .....	639
3. A função da lei complementar em matéria tributária .....	640
4. Comentários à Lei Complementar n. 116/03 .....	642
4.1. Momento da incidência .....	644
4.2. A lista de serviços da LC n. 116/03 .....	645
4.3. Os §§ 1º e 3º do art. 9º do Decreto-Lei n. 406/68 .....	681
4.3.1. O parágrafo único do art. 966 do Novo Código Civil e a discussão sobre a definição do “elemento de empresa” para a caracterização ou não das sociedades profissionais como empresárias .....	684



4.3.2. A tributação fixa das sociedades uniprofissionais .....	686
5. A regra-matriz de incidência do ISS .....	688
6. Serviços de questionável constitucionalidade elencados na lista .....	689
Referências bibliográficas .....	695
Anexo .....	696
Artigos 74 e 75 – <b>Horácio Villen Neto</b> .....	709
A) Operações relativas à circulação de mercadorias .....	713
B) Prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal .....	716
C) Prestação de serviço de comunicação .....	717
1. O ICMS sobre operações relativas à energia elétrica .....	719
1.1. A não incidência do ICMS sobre a atividade praticada pelos concessionários de transmissão e distribuição de energia elétrica .....	720
1.2. Contrato de demanda reservada de potência .....	723
2. Imunidade relativa a outros tributos incidentes sobre a mesma operação .....	728
3. Imunidade nas operações interestaduais na Constituição Federal de 1988 .....	733
Artigo 76 – <b>Maria Beatriz Martinez e Pedro Anan Jr.</b> .....	739
Introdução .....	741
Histórico .....	741
Comentários .....	742
Direito comparado .....	745
Artigos 77 a 80 – <b>Rodrigo Santos Masset Lacombe</b> .....	747
Introdução .....	749
Artigo 77 .....	751
Comentários .....	751
As taxas enquanto espécie tributária .....	752
Artigo 78 .....	760
Taxa de polícia e taxa de serviço .....	760
Artigo 79 .....	767
Conceito de serviço público .....	767
Serviço específico e divisível .....	769
Utilização efetiva ou potencial .....	773
Artigo 80 .....	774
Artigos 81 e 82 – <b>Rodrigo Maitto da Silveira</b> .....	775
1. Introdução .....	778
2. Breve histórico .....	778
3. Vigência dos arts. 81 e 82 do CTN .....	781
4. Definição e características .....	782
5. Requisitos .....	786
5.1. Realização de obra pública .....	787
5.2. Valorização imobiliária decorrente de obra pública .....	788
5.3. Custo total da obra como limite global da cobrança .....	791
5.4. Acréscimo no valor do imóvel como limite individual .....	793
5.5. Publicação prévia dos elementos contidos no art. 82, I, do CTN e a possibilidade de contestação por parte dos interessados .....	793

6. Hipótese de incidência .....	793
6.1. Critério material .....	793
6.2. Aspecto temporal .....	794
6.3. Aspecto espacial .....	794
6.4. Aspecto pessoal .....	795
6.5. Aspecto quantitativo .....	796
7. Procedimentos a serem observados para o lançamento da contribuição de melhoria (art. 82 do CTN) .....	797
7.1. Publicação do edital .....	797
7.2. Impugnação do edital .....	798
7.3. Impugnação do lançamento .....	799
<b>Artigos 83 a 95 – Robson Maia Lins</b> .....	<b>801</b>
Artigo 83 .....	803
Artigo 84 .....	805
Artigo 85 .....	807
Artigo 86 .....	814
Artigo 87 .....	820
Artigo 88 .....	821
Artigo 89 .....	822
Artigo 90 .....	822
Artigo 91 .....	825
Artigo 92 .....	827
Artigo 93 .....	828
Artigo 94 .....	829
Artigo 95 .....	830
<b>Artigo 96 – Marcelo de Lima Castro Diniz e Maria de Fátima Ribeiro</b> ..	<b>833</b>
Artigo 96 .....	835
1. Caráter prescritivo da definição do termo “legislação tributária” .....	835
2. Definições jurídicas e o significado do termo “legislação tributária” .....	837
3. Instrumentos normativos primários e secundários .....	839
4. Tributos e relações jurídicas pertinentes a tributos .....	848
5. A Utilização da expressão “legislação tributária” pelas disposições normativas do Código Tributário .....	849
<b>Artigos 97 a 99 – Edison Carlos Fernandes</b> .....	<b>855</b>
Introdução .....	857
Artigo 97 .....	864
Artigo 98 .....	868
Artigo 99 .....	870
<b>Artigo 100 – Marco Antônio Gomes Behrndt</b> .....	<b>873</b>
1. Introdução .....	875
2. Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas (inc. I) .....	880
3. As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que lei atribua eficácia normativa (inc. II) .....	887
4. As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas (inc. III) .....	889



5. Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (inc. IV) .....	892
6. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo (parágrafo único) .....	895
Artigos 101 a 104 – <b>Eduardo Pugliese Pincelli</b> .....	901
Artigo 101. ....	903
Artigo 102. ....	906
Artigo 103. ....	910
Artigo 104. ....	911
Artigos 105 a 112 – <b>Cristiano Carvalho</b> .....	915
Artigo 105. ....	917
Artigo 106. ....	919
Artigo 107. ....	922
Artigo 108. ....	922
1. A analogia. ....	924
2. Os princípios gerais de direito tributário. ....	926
3. Os princípios gerais de direito público. ....	927
4. A equidade. ....	927
Artigo 109. ....	930
Artigo 110. ....	932
Artigo 111. ....	933
1. Suspensão ou exclusão do crédito tributário. ....	936
2. Outorga de isenção. ....	936
3. Dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias .....	936
Artigo 112. ....	936
Referências bibliográficas. ....	938
Artigos 113 a 118 – <b>Paulo Caliendo</b> .....	939
Artigo 113. ....	941
Artigo 114. ....	947
Artigo 115. ....	952
Artigo 116. ....	953
Artigo 117. ....	986
Artigo 118. ....	989
Artigos 119 e 120 – <b>Maria Rita Ferragut</b> .....	991
Artigo 119. ....	993
1. Sujeito ativo .....	993
2. Relação jurídica e obrigação tributária .....	994
3. Competência tributária .....	996
4. Críticas ao art. 119 do CTN. ....	999
Artigo 120. ....	1000
Artigos 121 a 137 – <b>Renato Lopes Becho</b> .....	1003
O princípio da capacidade contributiva. ....	1009
Artigos 121 e 122 .....	1010
Obrigação principal e obrigação acessória .....	1011

Contribuintes, responsáveis e substitutos .....	1012
Sujeito passivo constitucional e sujeito passivo legal .....	1014
Artigo 123. ....	1015
Artigo 124. ....	1017
Artigo 125. ....	1019
Artigo 126. ....	1022
Artigo 127. ....	1027
Artigo 128. ....	1030
Artigo 129. ....	1031
Substituição por sucessão. ....	1031
Efeitos temporais da sucessão .....	1032
Artigo 130. ....	1033
Artigo 131. ....	1035
Artigo 132. ....	1037
Artigo 133. ....	1039
Artigo 134 .....	1041
Artigo 135. ....	1043
Artigo 136 .....	1046
Artigo 137 .....	1050
Referências bibliográficas. ....	1052
Artigo 138 – <b>Igor Nascimento de Souza</b> . ....	1055
Artigo 138. ....	1057
1. O instituto da denúncia espontânea e como ele se opera .....	1057
2. Exclusão da responsabilidade pelas infrações cometidas pelos contribuintes – As chamadas “multas punitivas” e “multas moratórias” .....	1061
3. O parcelamento do débito, a compensação entre tributos e o instituto da denúncia espontânea da infração .....	1063
4. A denúncia espontânea pelo descumprimento das obrigações acessórias, ou deveres instrumentais .....	1066
5. A denúncia espontânea de débitos declarados nas obrigações acessórias, ou deveres instrumentais .....	1071
Artigos 139 a 141 – <b>Jayr Viégas Gavalhão Jr.</b> .....	1073
Artigo 139. ....	1075
1. Considerações preliminares. ....	1075
2. Norma jurídica e relação jurídica .....	1077
3. Obrigação tributária .....	1087
4. Inutilidade da aplicação das teorias monista e dualista da obrigação .....	1091
5. Conclusões .....	1093
Artigo 140. ....	1093
Artigo 141. ....	1094
Referências bibliográficas. ....	1095
Artigos 142 a 146 – <b>Tárek Moysés Moussallem</b> . ....	1097
1. Introdução .....	1099
2. Fontes do direito: a enunciação, o enunciado, a enunciação-enunciada e o enunciado. ....	1100



3. O problema da palavra “lançamento” .....	1102
4. Lançamento: notas gerais .....	1103
Artigo 142 .....	1103
5. A moeda do lançamento enunciado-enunciado .....	1107
Artigo 143 .....	1107
6. O “lançamento tributário” e o tempo .....	1108
Artigo 144 .....	1108
7. Os meios de alteração do lançamento .....	1111
Artigo 145 .....	1111
8. Modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade .....	1113
Artigo 146 .....	1113
Artigos 147 a 150 – <b>Roberto Wagner Lima Nogueira</b> .....	1117
Artigo 147 .....	1119
Artigo 148 .....	1122
Artigo 149 .....	1124
Inciso I .....	1124
Inciso II .....	1125
Inciso III .....	1126
Inciso IV .....	1126
Inciso V .....	1127
Inciso VI .....	1128
Inciso VII .....	1129
Inciso VIII .....	1129
Inciso IX .....	1130
Parágrafo único .....	1130
Artigo 150 .....	1131
Artigos 151 a 155 – <b>Roberta Fonseca Brasil</b> .....	1139
Comentários aos dispositivos legais reguladores da suspensão da exigibilidade da obrigação tributária no Código Tributário Nacional .....	1141
1. Conceitos fundamentais .....	1141
2. Disposições gerais sobre a suspensão da exigibilidade do crédito .....	1142
Artigo 151 .....	1151
1. Inc. II – O depósito do seu montante integral .....	1151
2. Inc. III – As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo .....	1155
3. Inc. IV – A concessão de medida liminar em mandado de segurança ...	1157
4. Inc. V – A concessão de medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial .....	1160
5. Inc. VI – O parcelamento .....	1161
6. Parágrafo único – O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüentes .....	1164
6.1. Moratória – disposições gerais .....	1166
Artigo 152 .....	1167
Artigo 153 .....	1171

Artigo 154.....	1172
Artigo 155.....	1175
Artigos 156 a 164 – <b>Paulo César Conrado e Júlio Maria de Oliveira</b> .....	1177
Artigo 156.....	1179
1. Fenomenologia da extinção da obrigação tributária.....	1179
2. Obrigação ou crédito: uma primeira advertência sobre o conteúdo do <i>caput</i> do art. 156.....	1180
3. Causas de fato e causas de direito – usual classificação das modalidades previstas pelo art. 156: outra advertência.....	1180
4. As modalidades do art. 156 em espécie: uma breve descrição.....	1181
4.1. Pagamento.....	1181
4.2. Compensação.....	1182
4.3. Transação.....	1182
4.4. Remissão.....	1182
4.5. Decadência e prescrição.....	1183
4.6. Conversão de depósito em renda.....	1183
4.7. Pagamento antecipado e homologação do lançamento.....	1184
4.8. Consignação em pagamento.....	1184
4.9. Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado.....	1185
4.10. Dação em pagamento em bens imóveis.....	1186
Artigo 157.....	1186
1. Relação jurídica tributária: obrigação tributária.....	1186
2. Qual o efetivo objeto da obrigação tributária? (o problema das penalidades pecuniárias).....	1187
Artigo 158.....	1190
Artigo 159.....	1196
Artigo 160.....	1199
1. O “tempo do pagamento”.....	1199
2. Regra do “tempo do pagamento”.....	1200
3. Efeito do pagamento antecipado.....	1201
Artigo 161.....	1202
1. Comentários de Paulo César Conrado.....	1202
2. Comentários de Júlio Maria de Oliveira.....	1202
Artigo 162.....	1207
Artigo 163.....	1213
Artigo 164.....	1221
1. Consignação em pagamento e “o direito de cumprir o dever”.....	1221
2. Casos de consignação em pagamento em matéria tributária.....	1221
2.1. Incs. I e II: continência aparente.....	1222
2.2. O especial caso do inc. III.....	1223
3. Elementos identificadores do processo no contexto da consignação em pagamento.....	1223
3.1. As partes.....	1224
3.2. A causa de pedir.....	1224
3.3. O pedido.....	1224



4. A sentença que julga procedente a ação de consignação em pagamento .	1225
5. A sentença que julga improcedente a ação de consignação em pagamento	1226
Artigos 165 a 169 – <b>Igor Mauler Santiago</b> . . . . .	1227
Artigo 165. . . . .	1229
Artigo 166 . . . . .	1236
Artigo 167. . . . .	1245
Artigo 168. . . . .	1247
Artigo 169. . . . .	1266
Artigos 170 a 174 – <b>José Eduardo Soares de Melo</b> . . . . .	1269
Artigo 170. . . . .	1271
Artigo 171. . . . .	1282
Artigo 172. . . . .	1282
Artigo 173. . . . .	1284
Artigo 174. . . . .	1288
Artigos 175 a 179 – <b>Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli</b> . . . . .	1293
1. Introdução . . . . .	1296
2. A posição da doutrina a respeito do conceito de isenção e sua influência no Código Tributário Nacional – CTN e na jurisprudência nacional . . . . .	1297
3. A definição de exclusão do crédito tributário nos arts. 139, 141 e 175, I, do CTN. . . . .	1305
4. A distinção entre os conceitos de isenção, remissão e de anistia . . . . .	1312
5. A questão da alíquota zero – posição do STF . . . . .	1314
Artigos 180 a 182 – <b>Lais Vieira Cardoso</b> . . . . .	1319
Artigo 180. . . . .	1321
Artigo 181. . . . .	1326
Artigo 182. . . . .	1327
Referências bibliográficas. . . . .	1329
Artigos 183 a 185 – <b>João Damasceno Borges de Miranda</b> . . . . .	1331
Artigo 183. . . . .	1333
Artigo 184. . . . .	1334
Artigo 185. . . . .	1335
Concurso de créditos – falência . . . . .	1337
Artigos 186 a 193 – <b>Valéria Gutjahr</b> . . . . .	1345
Introdução . . . . .	1347
Conceitos dos vocábulos “garantia”, “privilégio” e “preferência”. . . . .	1347
Artigo 186. . . . .	1348
Preferência do crédito tributário e suas ressalvas. . . . .	1348
Artigo 187. . . . .	1363
Da não sujeição do crédito tributário a concurso de credores . . . . .	1363
Do concurso de preferência entre os credores entes federados e suas autarquias . . . . .	1367
Artigo 188. . . . .	1371
Do crédito tributário e sua preferência como encargo da massa falida. . . . .	1371
Da contestação do crédito tributário e da sua remessa a processo específico . . . . .	1373

Artigo 189.....	1377
Do crédito tributário e sua preferência nos processos de inventário ou arrolamento.....	1377
Da contestação do crédito tributário e da sua remessa a processo específico.....	1378
Artigo 190.....	1379
Do crédito tributário e sua preferência no processo de liquidação.....	1379
Artigo 191.....	1381
Da prova da quitação do crédito tributário para extinção das obrigações do falido e alcance da expressão.....	1381
Artigo 191-A.....	1384
Da exigência de apresentação da prova de quitação de todos os tributos para a concessão de recuperação judicial.....	1384
Artigo 192.....	1387
Da prova da quitação de todos os tributos e a sentença de julgamento de partilha ou adjudicação.....	1387
Artigo 193.....	1389
Da garantia da Fazenda Pública em contratar apenas com as pessoas jurídicas adimplentes e da prova de quitação.....	1389
Referências bibliográficas.....	1392
Artigos 194 a 200 – <b>José Carlos Francisco</b> .....	1395
1. Princípios gerais da administração tributária.....	1397
2. Normas que delimitam a fiscalização.....	1402
Artigo 194.....	1402
3. Vinculação de contribuintes, responsáveis e terceiros, às normas da administração (legalidade e reserva legal).....	1403
4. Vinculação e discricionariedade, alcance e limites gerais da fiscalização tributária.....	1405
Artigo 195.....	1405
5. Prazo a manutenção de livros e demais documentos comerciais, contábeis e fiscais.....	1408
6. O formalismo moderado do procedimento de fiscalização e os efeitos do termo de início de fiscalização (decadência e espontaneidade).....	1409
Artigo 196.....	1409
7. Forma para lavratura de termos de fiscalização.....	1411
8. Fiscalização tributária e cruzamento de dados.....	1411
Artigo 197.....	1411
9. Sigilo (bancário e assemelhados), direitos, garantias e deveres fundamentais.....	1413
10. Sigilo fiscal e assemelhados.....	1425
Artigo 198.....	1425
11. Relativização do sigilo fiscal.....	1427
12. Controle do intercâmbio de informações sigilosas no âmbito administrativo.....	1431
13. Outras hipóteses de dispensa do sigilo fiscal.....	1434



14. Convênios para intercâmbio de informações entre administrações tributárias nacionais, o sigilo bancário e o sigilo fiscal . . . . .	1438
15. Intercâmbio de informações com administrações tributárias de outros países. . . . .	1441
Artigo 199. . . . .	1441
16. Embarço e desacato à fiscalização e inviolabilidades dos contribuintes	1442
Artigo 200. . . . .	1442
Artigos 201 a 204 – <b>Aldemario Araujo Castro</b> . . . . .	1447
Artigo 201. . . . .	1449
1. Outras referências legais: Constituição (art. 131, § 3º), Lei n. 4.320, de 1964 (art. 39). Lei n. 6.830, de 1980 (arts. 2º e 3º) . . . . .	1449
2. Caracterização . . . . .	1449
2.1. Crédito público . . . . .	1450
2.1.1. Declaração e confissão de dívida tributária . . . . .	1451
2.2. Ausência de causa extintiva ou suspensiva (da exigibilidade). . . . .	1453
2.3. Inscrição . . . . .	1454
2.3.1. Natureza. . . . .	1454
2.3.2. Competência. . . . .	1455
2.3.3. Prazo para remessa e prazo para inscrição . . . . .	1456
2.3.4. Efeitos. . . . .	1457
2.4. Cadastro . . . . .	1458
3. Expressão . . . . .	1460
4. A fluência de juros e a liquidez do crédito. . . . .	1460
Artigo 202. . . . .	1461
1. O termo de inscrição em dívida ativa. . . . .	1461
2. Os co-responsáveis . . . . .	1462
3. Memória de cálculo . . . . .	1464
Artigo 203. . . . .	1464
1. Omissão de elementos . . . . .	1464
2. Substituição da certidão . . . . .	1465
2.1. Limites. . . . .	1466
2.2. Conseqüências . . . . .	1466
2.3. Confronto entre a parte final do art. 203 do Código Tributário Nacional e o art. 2º, § 8º, da Lei de Execução Fiscal. . . . .	1467
3. Execução fiscal: problemas e soluções . . . . .	1467
Artigo 204. . . . .	1471
1. Certeza e liquidez . . . . .	1471
2. Presunção relativa e inversão do ônus da prova . . . . .	1471
3. Prova inequívoca. . . . .	1472
4. Discussão administrativa e judicial . . . . .	1472
5. Fraude contra credor e à execução . . . . .	1473
Artigos 205 a 208 – <b>Reinaldo Pizolio</b> . . . . .	1477
Artigo 205. . . . .	1479
1. Considerações introdutórias . . . . .	1479
2. Contornos constitucionais relativos ao tema . . . . .	1481

3. Aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. ....	1487
4. Possibilidade de veiculação da matéria por lei ordinária. ....	1489
5. Exigência de certidão para habilitação em processo licitatório. ....	1491
6. Exigência da certidão para alienação de bem imóvel. ....	1494
7. Necessária motivação na expedição da certidão. ....	1497
Artigo 206. ....	1498
1. Conteúdo do dispositivo e efeitos. ....	1498
2. Existência de créditos não vencidos. ....	1498
3. Créditos em curso de cobrança executiva. ....	1499
4. Créditos com exigibilidade suspensa. ....	1500
Artigo 207. ....	1503
1. Dispensa de apresentação de Certidão. ....	1503
2. Requisitos de incidência da norma. ....	1504
3. Necessária crítica do dispositivo legal. ....	1504
4. Responsabilidade pelo tributo e penalidades cabíveis. ....	1506
5. Responsabilidade solidária e subsidiária. ....	1507
Artigo 208. ....	1508
1. Expedição de certidão com fraude. ....	1508
2. Certidão ou atestado ideologicamente falso. ....	1509
Artigos 209 a 218 – <b>Roberto Wagner Lima Nogueira</b> . ....	1511
Artigo 209. ....	1513
Artigo 210. ....	1514
Artigo 211. ....	1515
Artigo 212. ....	1515
Artigo 213. ....	1516
Artigo 214. ....	1516
Artigo 215. ....	1516
Artigo 216. ....	1517
Artigo 217. ....	1517
Artigo 218. ....	1519
Pósfácio. ....	1520